

Jamais, formar um corpo técnico, especialmente de advogados, a um nível que satisfaça as suas exigências. E os interesses são polpudos, enormes, grandiosos. Então, há essa mudança permanente. O advogado fica até que adquira experiência e, depois, lança-se em outra atividade. Sei de advogados que querem sair, agora, para fazer concurso de Defensor Público. E eram justamente as pessoas que se estavam habitando em Rondônia. Esse talvez seja o ponto mais vulnerável, no que tange ao problema da reforma agrária. Enquanto o INCRA pagar o atual salário, não fará reforma agrária, porque não terá um corpo à altura da tarefa a que se propôs. Creio que este é um aspecto gravíssimo. E aí há um outro perigo, que é o da propina, o perigo da corrupção, porque os convites - como eu disse - não faltam."

Da maior gravidade é a denúncia feita pelo advogado Agenor Carvalho sobre o apoio da polícia à grilagem no Território, bem como o fato de o Sr. José Milton Rios dispor de um arsenal em sua fazenda. É oportuno reproduzir o que a respeito disse o depoente em resposta às indagações do Deputado Jerônimo Santana: V.SA. FEZ REFERÊNCIA, EM SEU DEPOIMENTO, AO CASO DO SR NORIVAL FÉLIX DE ALMEIDA, O QUAL TENHO DENUNCIADO COM INSISTÊNCIA. EXISTE, INCLUSIVE, UM DISCURSO NO QUAL MENCIONO QUE O SR NORIVAL FÉLIX DE ALMEIDA TEM UM SINDICATO DE CRIME EM VILA DE RONDÔNIA. GOSTARIA DE SABER DO ILUSTRE DEPOENTE QUAIS SÃO OS FREGUESES DO SINDICATO DO CRIME DE NORIVAL FÉLIX DE ALMEIDA PARA QUE ELE ALOQUE PISTOLEIROS PARA ESSAS MISSÕES, E SE SABE OS NOMES DESSES PISTOLEIROS, E, AINDA, POR QUE A POLÍCIA NÃO OS CHAMA, SE ELAS ANDAM VISIVELMENTE ARMADOS? SÃO ELEMENTOS QUE COMETERAM VÁRIOS CRIMES. POR QUE SÃO OBJETO DE INQUÉRITO DA POLÍCIA?

Resposta: Pois não. Realmente, existe a pessoa de Norival Félix de Almeida, comandando grupos de jagunços, situação notória em Vila de Rondônia, tanto que, em meu depoimento, cito nomes de alguns desses jagunços, pessoas conhecidas. Agora, é realidade, também, que a polícia efetivamente não vem tomando nenhuma providência com relação a esses jagunços. No entanto, não sei porque há essa falta de ação."

SE EXISTE EM RONDÔNIA ESSES CHEFES DE JAGUNÇOS DE PISTOLEIROS, DE GRILEIROS DE TERRAS, GOSTARIA DE SABER SE ELAS TÊM ARMAMENTO EM CASA OU NAS SUAS FAZENDAS E SE A POLÍCIA NÃO INTERESSA APREENDER ESSE ARMAMENTO? QUERIA OS TIPOS DE ARMAS QUE ESSES CHEFES DE JAGUNÇOS TÊM NESTA REGIÃO E QUE TANTAS MORTES TÊM CAUSADO NESSAS ÁREAS.

Resposta: "Pelo depoimento de um colono, que, aqui, foi lido juntamente com o meu e pelos documentos que trago e entregarei à augusta Comissão, consta que esses jagunços têm, inclusive, metralhadoras de mão, armas 44..."

DE QUE PROCEDÊNCIA SERIAM ESSAS METRALHADORAS?

Resposta: "Não sei."

TERIA ALGUMA IDÉIA DE COMO ELAS OBTÊM ESSAS METRALHADORAS NA REGIÃO?

Resposta: "Não, não tenho."

TERIA A POLÍCIA CONHECIMENTO DE QUE ESSES CHEFES DE PISTOLEIROS E GRILEIROS TÊM ESSAS METRALHADORAS, ESSES DEPOSITOS DE ARMAS, ESSES ARSENALS?

Resposta: "Petitionei inúmeras vezes à Secretaria de Segurança Pública, atendendo a pedidos de clientes meus, denunciando a existência dessas armas, desse arsenal. Inclusive, segundo consta, o Sr. José Milton Rios tem, em sua fazenda, um arsenal completo."

E A POLÍCIA NUNCA FOI LÁ VERIFICAR ESSE ARSENAL, PARA TOMÁ-LO OU APREENDÊ-LO?

Resposta: "Não é do meu conhecimento."

PORQUE É DO MEU CONHECIMENTO QUE A POLÍCIA MUITO SE PREOCUPA EM TOMAR AS ESPINGARDAS DE COLONOS E POS-

SEIROS. GOSTARIA DE OUVIR V.SA. SOBRE ESTE ASPECTO. POR QUE A POLÍCIA ESTÁ TÃO PREOCUPADA EM TIRAR AS ESPINGARDAS, O INSTRUMENTO DE CAÇA DOS POSSEIROS, ENQUANTO OS ARSENALS PERMANECEM?

Resposta: "Não tenho conhecimento se a polícia chegou a visitar a fazenda do Sr. José Milton."

MAS ELE TERIA ESSE ARSENAL?

Resposta: "É do meu conhecimento."

GOSTARIA DE SABER SE FOI DENUNCIADO À POLÍCIA E À SECRETARIA DE SEGURANÇA QUE O SR JOSE MILTON TEM UM ARSENAL EM SUA FAZENDA. CERTA VEZ, RECEBI UMA DENÚNCIA QUE NÃO SÓ ELE TINHA UM ARSENAL, COMO TAMBÉM, UM CEMITÉRIO PARTICULAR EM SUA FAZENDA.

Resposta: "Não tenho conhecimento do cemitério. Quanto ao arsenal, é voz corrente e notório na região de que efetivamente existe. No entanto, se a polícia já foi verificar esse arsenal, não tenho conhecimento, embora eu, particularmente, tenha feito diversas pesquisas nesse sentido."

TEM V.SA. CONHECIMENTO SE A POLÍCIA FEZ ALGUMA MISSÃO DANDO COBERTURA A ESSE GRILEIRO?

Resposta: "Normalmente, a polícia está na fazenda de José Milton, desalojando posseiros. Também é um fato público e notório. Há documentos..."

ATENDENDO ÀS SUAS SOLICITAÇÕES?

Resposta: "Sem dúvida. Inclusive, há houve processo por abuso de autoridade, em função da perseguição da polícia nessa área, e os policiais foram condenados por isso. Consta de documento que tenho, aqui, na pasta, o qual entregarei à Comissão."

NO ENTANTO, CONTINUAM DANDO COBERTURA A ESSE ELEMENTO QUE TEM UM ARSENAL?

Resposta: "Perfeitamente."

Outro importante depoimento, prestado a esta CPI, que aborda a situação de Rondônia, é o do Técnico Agrícola Edval Gonzaga Santana, principalmente quando denuncia a grande corrupção no INCRA, na área dos projetos fundiários. O volumoso dossiê de provas faz parte da documentação em poder da Comissão.

8 - SITUAÇÃO PECULIAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

A Comissão teve a oportunidade de tomar depoimentos abordando a situação fundiária peculiar do Estado de Mato Grosso dela gerando o problema social da falta de oportunidades de acesso à terra no Estado, transformando-se aquela unidade na situação singular de palco de conflitos entre os posseiros e agricultores com os conhecidos grileiros. O Estado com o Departamento de Terras fechado há cerca de 13 anos, não cuida de implantar em suas terras projetos de colonização em sentido social.

Embora fechado o Departamento de Terras, a CO DEMAT se transformou em Departamento de Terras para concessão de grandes áreas a grandes grupos, valendo apenas mencionar o escândalo da venda de terras devolutas no Município de Aripuanã.

Os depoimentos dos Bispos Dom Pedro Casaldáli e Henrique Froehlich, com os documentos trazidos à Comis-

são, testemunham a fragilidade da Justiça no Estado para evitar os conflitos, fazer com que os cartórios cumpram a lei e punir os grileiros, que têm a seu serviço, em muitos casos, a força policial do Estado, valendo registrar os conflitos de Merure, Barra do Garça, Diamantino e tantas outras localidades.

Mato Grosso é o palco da maior invasão de terras indígenas do País, na sua maioria, griladas e vendidas a grupos. O Governo do Estado não promove o acesso à terras agricultores, oferecendo-lhes parcelas que caracterizam a agricultura de subsistência ou familiar.

A uma mentalidade economicista entregou-se a problema agrário e fundiário do Estado, conduzido, não por uma política agrária preocupada com a situação social, mas, sim, pela CODEMAT, preocupada apenas com números e resultados econômicos imediatistas, que em várias situações mostrasse órgão envolvido com planos que representam negócios escusos, ilegais na concessão de grandes glebas, não somente aos grandes grupos sediados fora do Estado em prejuízo dos próprios filhos do Estado, a quem hoje não oferece terras.

A CODEMAT não tem projeto de colonização para atender aos trabalhadores com parcelas de até 100 hectares. Está preocupada apenas com a concessão de glebas de dois, três e até milhares de hectares.

A atuação da Secretaria de Agricultura, visando a conceder terra aos agricultores, é praticamente nula. Es vazia pela CODEMAT, envolvida com os grandes grupos.

A atual lei de terras do Estado, conquanto se já permissiva na venda e regularização de terras devolutas em áreas cujos limites definem, não é aplicada há mais de 13 anos. Daí a situação de caos fundiário reinante em Mato Grosso, entregando os pequenos à sanha dos mais fortes que dominam o Estado pelo poder econômico. O suficiente para provar que no País ainda não entrou em vigor e em execução a propalada reforma agrária.

Em Mato Grosso não se opera desapropriações por interesse social, embora existam inúmeras áreas hoje objeto de conflitos e tensões sociais, conforme demonstraram os depoimentos e o quadro abaixo, reproduzido pela Pastoral de Terra, Posse e Conflito, pág. 25.

OBSERVAÇÃO: Segue também uma análise da venda das terras devolutas no Município de Aripuanã, com mapas, quadros, denúncias e documentação.

(1) QUADRO DE CONFLITOS (MATO GROSSO)

MUNICIPIOS	Nº FAMILIAS	INICIO LITIGIO	OCORRENCIAS	PROVIDENCIAS
Nortelândia	300	1966	Intimações, prisões, queima de barracos	Gestões da Fetragri-MT, junto INCRA/MT.
Alto Paraguai (*)	500	1966	Intimações, prisões, homicídio	Vários processos INCRA-área de discriminação p/INCRA-MT.
Arenópolis	200	1972	Prisões, queima de barracos, despejos	Área de discriminação p/INCRA-MT.
Barra dos Bugres (*)	750	1971	Intimações, prisões, ameaças de despejos	Área em discriminação.
Barra do Garças (*)	82	1970	Intimações, prisões, queima de barracos	Área em discriminação - Justiça Federal - INCRA-
Cárceres	600	1969	Intimações, prisões, despejos, homicídios	Discriminatório INCRA-MT.
Dom Aquino	450	1962	Tentativa homicídios, queima de barracos, prisões	Discriminatório INCRA - Justiça Federal - PROTERRA.
Diamantino	150	1972	Desentendimentos entre posseiros	Área em discriminação.
Jacara	50	1971	Prisões, tentativa de homicídios	Gestões da Fetragri-Justiça Federal - INCRA.
Mato Grosso (*)	550	1972	Prisões, homicídios	Área em discriminação - INCRA
Nobres	20	1972	Vendas de terras por pseudo-colonizadores	Processo Judicial.
Poxoreu	500	1960	Prisões, queima de barracos	Justiça Federal - INCRA.
Rosário do Oeste	150	-	Desentendimentos entre posseiros	Levantamento Social.
Rondonópolis	300	1960	Intimações.	Intimações.
Alto Araguaia	250	1950	Prisões, despejos, homicídios	Gestões junto a diversos órgãos.

FONTE: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Mato Grosso (FETRAGRI) Setor Sindical, 1974.

* - Existe no Município mais de uma área de posseiros.

** - A descrição do caso foi baseada por Dom Pedro Casaldáliga, em POLITICA (27.11.72 e 03.12.72); em OPINIÃO (12.03.74).



CAMARA DOS DEPUTADOS